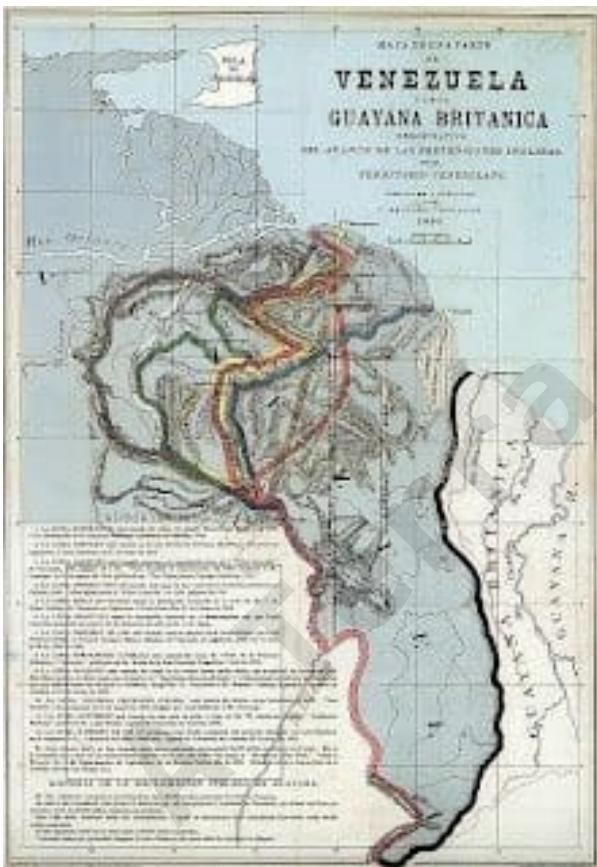


O conflito de Essequibo



Por SIMÓN RODRÍGUEZ*

É importante contar a história de Essequibo. É a melhor maneira de destruir a mistificação nacionalista e burguesa



Realizou-se uma audiência na Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre o conflito territorial de Essequibo em 30 de junho de 2023. A isso se chega após décadas de mediação fracassada da ONU sob o Acordo de Genebra de 1966, assinado entre a Venezuela e o Reino Unido, poucos meses antes da independência da Guiana. Em janeiro de 2018, o secretário-geral da ONU, António Guterres, encerrou sua mediação e confiou o assunto à Corte Internacional de Justiça. A Guiana pede à Corte Internacional de Justiça que valide a sentença arbitral de Paris de 1899, sob a qual o território em disputa foi concedido ao Reino Unido. Este processo provavelmente terminará com uma decisão a favor da Guiana, dada a fraqueza da reivindicação venezuelana.

O governo civil-militar venezuelano está realizando uma agressiva campanha de propaganda, acusando a Guiana de agir a

serviço do imperialismo norte-americano, particularmente da petroleira Exxon-Mobil. A reativação da reivindicação venezuelana, feita por Nicolás Maduro em 2015, coincidiu com a detecção de jazidas de petróleo na costa do território de Essequibo. Coinciu, também, com a chegada ao poder de um governo não aliado ao chavismo na Guiana e o declínio avançado do chavismo, que naquele ano sofreria sua pior derrota eleitoral. A ironia é que a reivindicação de soberania da Venezuela sobre o Essequibo foi instrumentalizada pelos EUA no final do século XIX e meados do século XX.

Neste ponto, apenas a reivindicação de 159 mil quilômetros quadrados, 74% do território guianense, persiste como atavismo das manobras reacionárias dos governos burgueses norte-americanos e venezuelanos da época. A única solução justa - aquilo que nós, venezuelanos, devemos exigir do governo - é que o Estado venezuelano abandone sua reivindicação, que se originalmente tinha legitimidade diante do imperialismo britânico, então a perdeu totalmente, a ponto de se tornar um instrumento de agressão contra um povo caribenho fraterno.

Outra ironia é que nunca houve tantos venezuelanos no território de Essequibo como agora. Mas o contraste não poderia ser maior com as fantasias épicas do nacionalismo expansionista: os emigrantes venezuelanos que fogem pelo leste escapam do maior desastre econômico e social de nossa história, em condições de miséria absoluta.

Mais de 3.000 venezuelanos cruzaram nos últimos cinco anos para um país vizinho praticamente desconhecido dos venezuelanos, um país com o qual a única coisa que nos uniu foi um conflito absurdo inventado por potências coloniais e imperialistas. Essas linhas em um mapa, a chamada zona recuperada, é mais um chamariz para a unidade de todas as classes na Venezuela, para que os oprimidos e explorados esqueçam sua situação desesperada e façam causa comum com seus opressores. Tanto o governo civil-militar quanto a oposição pró-EUA liderada por Juan Guaidó participam da operação diversionismo.

Esse conflito nunca fez parte das nossas preocupações e das nossas lutas, poucos sabem como chegamos à situação atual. Por isso é importante contar sua história. É a melhor maneira de destruir a mistificação nacionalista e burguesa.

De país atacado a agressor

O Essequibo nunca foi venezuelano, era espanhol, como resultado da bula papal de 1493. Em 1596, os colonizadores espanhóis fundaram San Tomás de Guayana, que foi por muito tempo a fronteira oriental da colônia espanhola. No início do século XVII, teve início a colonização holandesa. O Tratado de Münster com os holandeses estabelece uma fronteira que reconhece o controle espanhol até o rio Essequibo. Mas começa a colonização inglesa. Em 1814, a Holanda cedeu uma parte do território ao Reino Unido, a principal potência colonial do mundo, com o rio Essequibo como limite ocidental. Em 1831, os britânicos deslocaram completamente os holandeses e voltaram seus olhos para a cobiçada foz do rio Orinoco.

Assim como no território que mais tarde se tornaria a Venezuela, o território guianense foi palco de grandes rebeliões antiescravistas no século XVIII. A independência da Grande Colômbia e sua secessão venezuelana ocorreram sob a égide de uma elite crioula branca escravista. A escravidão foi abolida na colônia britânica duas décadas antes do que na Venezuela, onde guerras civis e grande precariedade persistiram após a independência.

A recém-independente república venezuelana, portanto, não tinha nada a oferecer aos indígenas ou ex-escravos da colônia inglesa. Os britânicos aproveitaram a fraqueza de seu antigo vizinho colonial e tentaram traçar a fronteira incorporando a bacia do rio Cuyuní, que foi rejeitada pelas autoridades venezuelanas em 1841, dando início à disputa territorial. Houve um acordo fronteiriço em 1850 com os britânicos, que, no entanto, continuaram a colonizar além do que foi acordado, até a foz do Orinoco.

Simón Bolívar foi um dos primeiros a propor a resolução dos limites das nações recém-independentes, aplicando o princípio do *Uti Possidetis*: a nação independente herda os territórios que constituíam a colônia. A Venezuela exige que os britânicos respeitem as fronteiras que tinha com a colônia espanhola.

a terra é redonda

O problema é que esses limites não eram precisos e se desenhavam em territórios majoritariamente despovoados, cujas populações indígenas não tinham lealdade a nenhum Estado. Em 1887, o avanço britânico levou ao rompimento das relações diplomáticas; temia-se também a possibilidade de uma invasão. Em 1895, o presidente dos EUA, Grover Cleveland, apoiou a Venezuela com base na Doutrina Monroe, que reivindicava o continente americano como sua esfera de influência.

Após a implantação de ameaças belicistas por Grover Cleveland, em 1897, as duas potências concordaram em um mecanismo de arbitragem. Tal é a subordinação da Venezuela que se aceita que os Estados Unidos representem os interesses venezuelanos na arbitragem. Em 1899, a sentença arbitral de Paris concedeu aos britânicos um território duas vezes maior do que aquele que haviam adquirido dos holandeses, embora a Venezuela fosse reconhecida como tendo a foz do Orinoco.

Para o nascente imperialismo ianque foi uma vitória obter o reconhecimento inglês da arbitragem, por isso ficou satisfeito. Uma comissão binacional estabeleceu a fronteira aplicando os critérios da sentença arbitral, e a ditadura militar venezuelana de Juan Vicente Gómez aceitou uma demarcação definitiva na primeira década do século XX. Em 1932, foi concluída a demarcação da fronteira entre Brasil, Guiana Britânica e Venezuela.

Anos se passariam após a morte de Juan Vicente Gómez, até que em 1944 o parlamento venezuelano questionou a sentença arbitral. Mallet Prevost, um dos advogados norte-americanos que representou a Venezuela em Paris, deixou um testamento, publicado após sua morte, em 1949, denunciando as irregularidades do julgamento e a existência de um pacto entre o imperialismo britânico e russo.

Em 1951, em meio à ditadura militar venezuelana e diante das crescentes descobertas de depósitos minerais no lado venezuelano da fronteira, o governo venezuelano apresentou seu desafio à reunião de chanceleres das Américas antes da reunião de chanceleres das Américas.

Além dos desejos da direita militar venezuelana, a situação internacional alimentou o irredentismo venezuelano. Não é mais um desafio ao imperialismo britânico, mas seu oposto, um instrumento reacionário a serviço do imperialismo contra a justa luta do povo guianense por sua libertação.

O enfraquecimento do imperialismo britânico representa uma oportunidade para a burguesia venezuelana se colocar como auxiliar da ordem capitalista e imperialista em nível regional. Em 1950, o Partido Popular Progressista (PPP), liderado por Cheddi Jagan, surgiu na Guiana e, em 1953, venceu as primeiras eleições para um autogoverno limitado sob soberania britânica.

O imperialismo britânico dissolve rapidamente o governo eleito, a fim de impedir que uma liderança anti-imperialista alcance a independência. Sob os auspícios britânicos e americanos, em 1955 ocorreu uma cisão de direita no PPP liderado por Burnham, que fundou o PNC. Em 1961, Jagan venceu as eleições, já sob um programa abertamente pró-independência, embora seu esquerdismo nunca tenha ultrapassado o horizonte da colaboração de classes.

Em 1962, a Venezuela rejeitou a arbitragem de 1899 perante a ONU. Em um movimento reacionário, ele introduziu a discussão territorial no comitê de descolonização que discutia a independência da Guiana. O governo de Betancourt vê uma oportunidade de matar vários pássaros com uma cajadada só: mostrar-se nacionalista, desviar a atenção dos problemas domésticos enquanto a luta guerrilheira inspirada na Revolução Cubana se desenrola e servir aos interesses estratégicos dos EUA na Guiana.

Betancourt propôs ao governo britânico uma gestão conjunta da área de Essequibo, sem a participação do governo com autonomia limitada da Guiana Britânica, proposta que não prosperou. As reivindicações territoriais foram usadas pelos Estados Unidos, determinados a não permitir "outra Cuba", para extorquir o povo guianense para optar por um governo que não saísse das margens capitalistas.

a terra é redonda

Os britânicos só reconhecem a independência da Guiana quando conseguiram impor um governo pró-ianque, liderado por Burnham. Houve interferência venezuelana nas eleições de 1964 em favor de Burnham e do PNC, incluindo a entrega de armas sob a tutela da CIA. O parceiro de coalizão júnior com o PNC, Força Unida (UF) era claramente de direita e pró-ianque, apoiando a invasão do Vietnã e da República Dominicana.

Em 1964, ano da eleição de Burnham, o governo venezuelano participou de um complô para desferir um golpe em Cheddi Jagan, sequestrando-o e prendendo-o na Venezuela, de acordo com documentos do Escritório do historiador do Departamento de Estado. O comandante Iribarren pediu apoio ianque para a mudança e se ofereceu para treinar mercenários guianenses em território venezuelano. Os gringos não apoiavam o estratagema, negociavam um sistema de representação proporcional que garantiria que Jagan não chegasse ao poder, fórmula que acabou sendo imposta).

Em fevereiro de 1966, o Acordo de Genebra foi estabelecido, deixando a disputa em aberto indefinidamente. Em outubro daquele ano, a Guiana alcançou a independência. Pouco antes, EUA e Venezuela apoiaram a formação do partido de oposição ameríndia, encabeçado por Anthony Chaves. No mesmo mês, o exército venezuelano ocupou militarmente a ilha de Anacoco, na fronteira. Em abril de 1967, uma conferência de líderes indígenas foi realizada em Kabakaburi, por instigação da Venezuela, que pediu um desenvolvimento binacional do território Essequibo. É uma clara intensificação das agressões da burguesia venezuelana em meio ao processo de independência da Guiana.

Burnham alegou que o PPP e o MIR venezuelano estavam ligados pelo OLAS para promover a revolução socialista por meio da luta armada e usaram ameaças e agressões venezuelanas para unir a população sob bandeiras nacionalistas e impedir qualquer rebelião popular. Em 1968, o governo venezuelano estabeleceu unilateralmente fronteiras marítimas e, em janeiro de 1969, promoveu a revolta secessionista de Rupununi, na qual grandes proprietários de terras de origem europeia e seus funcionários indígenas, armados e treinados pelo governo venezuelano, se levantaram contra Burnham.

Uma vez que o movimento foi derrotado militarmente, o governo venezuelano concedeu identidades venezuelanas e asilo aos membros do movimento, ligados ao partido de direita UF. A porta-voz do movimento, Valerie Hart, que não conseguiu apoio militar direto venezuelano, comparou a questão ao caso da Baía dos Porcos. Emilio Máspero, do sindicalismo copeyan, expressou apoio aos direitistas de Rupununi.

Estima-se que cerca de setenta pessoas tenham morrido em decorrência da repressão. A aventura tinha sido levada a cabo pelo governo cessante de Raul Leoni. Caldera, natural de Copey, havia sido eleito em dezembro de 1968 e não havia assumido o cargo. Mas os copeyans manteriam a mesma linha de auxiliares do imperialismo no Caribe. Em 1970, o governo venezuelano enviou armas para o regime de Trinidad e Tobago e mobilizou tropas para a costa leste durante a rebelião do poder negro daquele país, em abril.

Após anos de extrema tensão devido à agressão venezuelana, com o Protocolo de Porto da Espanha, os dois países congelaram a reivindicação territorial de 1970 a 1982. É nesse período que o uso da área em recuperação marcada por listras nos mapas é incorporado à propaganda oficial. Em 1974, o governo de Burnham mudou para a esquerda. A PAC melhorou as relações bilaterais no âmbito da nacionalização do petróleo na Venezuela e da nacionalização da bauxita na Guiana.

Em fevereiro de 1982, Herrera Campins, de Copeya, realizou uma mobilização com o slogan "o Essequibo é nosso", liderada pela Juventude Social Cristã, denunciando a relação da Guiana com Cuba. A Guerra das Malvinas encorajou setores de direita a exigir a invasão da Guiana. Em abril de 1982, de fato, houve movimentação de tropas venezuelanas na fronteira e a inteligência brasileira considerou iminente uma invasão da Guiana. Em outubro daquele ano, Herrera Campins realizou o Massacre de Cantaura contra militantes da Bandeira Vermelha. A fúria expansionista da burguesia sempre esteve ligada a conjunturas repressivas em casa.

A inconsistência do chavismo

a terra é redonda

Hugo Chávez teve uma aproximação com a Caricom e a Guiana, que incluiu no programa Petrocaribe em 2005. A Guiana também aderiu à CELAC e à Unasul. Em 2004, Hugo Chávez visitou Georgetown, seis meses antes do referendo revogatório presidencial, e declarou que não impediria nenhum desenvolvimento de infraestrutura que beneficiasse diretamente a população da área reivindicada. “A questão do Essequibo será eliminada do quadro das relações sociais, políticas e económicas dos dois países”, anunciou, dando a entender que o fracasso em chegar a um acordo não pode impedir o desenvolvimento das relações bilaterais.

A oposição de direita acusou-o de trair o interesse nacional e de abandonar a causa do Essequibo, através de porta-vozes como Pompeyo Márquez, Jorge Olavarria, Ramón Escobar Salom e Hermann Escarrá, entre outros. Significativamente, o debate nunca se tornou central para a política venezuelana nem implicou qualquer custo político para Hugo Chávez. Ele venceu o referendo por uma larga margem, demonstrando que teve a oportunidade de ter liquidado esse problema histórico e político com um custo político mínimo. Como em tudo, o chavismo era inconsistente. Um acordo final nunca foi formalizado. Assim que a maré política virou, virou reação machista.



Em meio ao declínio econômico, político e social, o chavismo reagiu à descoberta de jazidas de petróleo no início de 2015 pela transnacional ianque Exxon Mobil no disputado mar territorial e adotou slogans militares como “O sol da Venezuela nasce no Essequibo” em julho de 2015. O tema começa a ser explorado na política interna venezuelana.

Depois que a direita conquistou a maioria parlamentar em dezembro daquele ano, a Assembleia Nacional nomeou uma “Comissão Parlamentar para a Defesa do Essequibo”. Segundo Julio Borges, “chanceler interino”, o chavismo entregou o Essequibo a “Cuba” - mas subsistem dúvidas. Por sua vez, em setembro de 2019, o governo civil-militar denunciou o presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, ao Ministério Público, acusando-o de conspirar para entregar o Essequibo a empresas transnacionais, com base em uma comunicação entre duas autoridades que discutem abandonar a

a terra é redonda

reivindicação de garantir o apoio britânico ao autodenominado “governo interino apoiado pelos EUA”.

Setores da esquerda, tanto chavistas quanto independentes, infelizmente capitulam à posição do governo. O Partido Comunista da Venezuela, um dos partidos de apoio ao chavismo, alinhou-se totalmente com Nicolás Maduro, repudiando a intervenção da Corte Internacional de Justiça e descrevendo-a como uma agressão imperialista para tomar o petróleo venezuelano e pedindo coesão nacional.

Outras expressões do expansionismo nacionalista aparecem sob uma cobertura ecológica; celebra, assim, o *status quo* atual que retarda o desenvolvimento econômico no Essequibo; ou adota o Estado burguês venezuelano de um papel messiânico e ambientalista, como protetor dos recursos naturais, ignorando o deplorável histórico do Estado venezuelano na administração de seu próprio território.

Solicita, inclusive, a repetição da agressão fracassada do movimento Rupununi, por meio de uma instrumentalização dos povos indígenas da região. Todos esses argumentos devem ser repudiados. A anexação do território guianense por qualquer uma das duas facções políticas da burguesia venezuelana não traria nenhum benefício para o povo trabalhador venezuelano ou guianense.

Examinemos a comparação feita em outra época entre a reivindicação argentina das Malvinas e a disputa de Essequibo. É uma analogia equivocada: as Malvinas foram usurpadas pelos britânicos da Argentina, não o colonialismo espanhol, e as ilhas ainda estão sob a ocupação britânica hoje. Na realidade, a reivindicação da Venezuela ao Essequibo é mais parecida com a reivindicação de “recuperar” a ilha de Trinidad, que era uma colônia espanhola sob a mesma unidade administrativa do que se tornaria a Venezuela após a independência.

Como a Venezuela não tem nenhum vínculo cultural, social ou econômico com esse território, Trinidad invocaria o princípio de *Uti Possidetis* para a totalidade de seu território no momento de alcançar a independência do poder colonial britânico. O mesmo acontece no caso da Guiana. Uma reivindicação justa contra uma potência colonialista agressiva e expansionista, o Império Britânico, uma reivindicação que a Venezuela não poderia sustentar por seus próprios meios sem recorrer à ajuda ianque, que nunca foi desinteressada, perdeu toda a sua legitimidade em 1966, quando a Guiana conquistou sua independência.

A Guiana é responsável por todo o território que constituía a então colônia, incluindo os territórios que os britânicos usurparam dos espanhóis e que a Venezuela não conseguiu recuperar em mais de um século. Já no marco do processo de independência da Guiana dos anos 1960, as reivindicações venezuelanas desempenharam um papel reacionário, dentro de uma estratégia de agressão dos Estados Unidos e do Reino Unido contra aquele povo.

A anexação de um território com o qual não temos laços culturais ou históricos, sem uma população que se diz venezuelana, só poderia ser realizada militarmente. Uma resolução diplomática ou judicial favorável à Venezuela é impossível. Assim, os delírios nacionalistas encontram os limites impostos pela realidade. É preferível reconhecer que a Venezuela foi derrotada, não agora, mas no século XIX, e não pode mais acertar contas com o agressor Império Britânico.

O falso substituto de uma agressão contra um país muito menor e mais pobre, cuja população não chega a 800 mil pessoas, deve ser absolutamente rejeitado pelos verdadeiros revolucionários e democratas da Venezuela. No interesse dos povos da Venezuela e da Guiana, a única coisa que resta é a retirada unilateral da reivindicação venezuelana e a negociação bilateral das fronteiras marítimas. O governo civil-militar de Maduro não tem dignidade nem coragem para dar esse passo.

Para o povo trabalhador venezuelano hoje, mais do que nunca, é evidente que nossa libertação só pode significar uma coisa: tirar a “boliburguesia” do poder por nossos próprios meios, ao mesmo tempo em que derrotamos a máfia trumpista da oposição parlamentar e tomamos nosso destino em nossas próprias mãos. Qualquer distração dessa tarefa é criminosa.

Uma vez libertados das amarras desse infame regime civil-militar, teremos muito com que nos ocupar em nosso próprio

a terra é redonda

território, destruído e saqueado pelas corporações transnacionais e pelo crime organizado. Não somos culpados dos crimes cometidos pela burguesia venezuelana, tanto a “puntofijista” quanto a “boliburguesia”, mas livres de ilusões expansionistas podemos abraçar plenamente nossa real e urgente tarefa atual.

***Simón Rodríguez** é ativista social e militante do Partido Socialismo e Liberdade da Venezuela.

Tradução: Eleutério F. S. Prado.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[**CONTRIBUA**](#)